(IN)SEGURANCA PÚBLICA: INVESTIGAÇÃO POLICIAL

Presidente não tem laço com investigado, afirma Planalto

O Palácio do Planalto declarou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva "não tem laço" com o contador João Muniz Leite. "Ele (Muniz) fez poucas vezes, por intermédio de um escritório, o Imposto de Renda do presidente", afirmou a assessoria do atual chefe do Executivo federal.

O advogado criminalista Fábio Tofic, que defendeu o empresário Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, disse que as investigações envolvendo o contador nunca atingiram o filho do presidente e que, portanto, o caso está encerrado.

O Estadão procurou a defesa de João Muniz Leite, mas não conseguiu localizá-la. Também não foram localizados pela reportagem os res-ponsáveis pelas defesas de Anselmo Becheli Santa Fausta, de Cláudio Marcos de Almeida e de Noé Alves Schaum.

'INVENÇÃO'. Ao Estadão, o advogado do empresário Anto-

nio Vinicius Lopes Gritzbach, Ivelson Salotto, afirmou que seu cliente é inocente e nunca negociou criptomoedas para Santa Fausta. "Desafio qualquer um a apresentar uma prova de que o Vinicius operava criptomoedas para o Anselmo (Santa Fausta). É invenção para motivar a acusação de mando do homicídio."

Muniz relatou à polícia que fez poucos serviços em nome de Santa Fausta. Um deles en-

volveria uma construtora que ele teria indicado para Gritzbach como sendo uma empresa em que o empresário poderia investir. Foi nela que Santa Fausta investiu R\$ 12 milhões em cinco empreendimentos.

"Meu cliente era apenas um corretor de imóveis, jovem e ganancioso, que vendeu imóveis de luxo para pessoas erradas", disse Salotto. "Querem transformá-lo em bode expia-



Acusado no caso Marielle

Justiça condena Ronnie Lessa por contrabando de peças de armas

RUBENS ANATER

O ex-policial militar Ronnie Lessa foi condenado pela Justi-ça Federal do Rio de Janeiro a seis anos e oito meses de prisão em regime semiaberto por contrabando de peças e acessórios de armas de fogo. Lessa está preso desde 2019 - ele é acusado de matar a vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ) e o motorista Anderson Gomes. O crime ocorreu em 2018.

A denúncia do Ministério Público Federal que levou à condenação indica que, entre os anos de 2017 e 2018, o ex-policial fez dez importações ilícitas de peças e acessórios bélicos que poderiam ser usados para a montagem de fuzis, armas de airsoft e de pressão a gás. Procurada, a defesa informou que vai recorrer e que não há provas contra Lessa. "A condenação está pautada em achismo, em suposição, o que não é permitido pela nossa Constituição Federal."

A juíza Fernanda Resende Djahjah Dominice destacou que Lessa, por ser ex-PM, tinha "completa ciência da necessidade de autorização da autoridade competente para o ingresso desse tipo de material em território nacional e, mesmo assim, optou por importá-los ilegalmente". A magistrada acrescentou que as consequências do crime são "especial-mente graves", pois as provas apontam o objetivo de vender as armas na clandestinidade.

Crime em 2018 Ex-PM está preso; ele é acusado de ser o autor dos disparos que mataram Marielle e Anderson Gomes

Não é a primeira condena-ção do ex-PM em casos envolvendo armamentos. Em 2019, Lessa foi preso, acusado de ser o autor dos disparos que levaram à morte de Marielle Franco. Na ocasião, a Polícia Civil do Rio de Janeiro apreendeu peças que dariam origem a 117 fuzis na casa de um amigo do ex-PM que afirmou que as caixas eram de Lessa.

A apreensão levou a uma condenação a 13 anos e seis meses de prisão, por comércio ilegal de armas de fogo, em 2022. A juíza Alessandra de Araujo Bilac Moreira Pinto, da 40.ª Vara Criminal do Rio, disse que conduta do ex-PM "vulnera a incolumidade pública, trazendo grande insegurança para o Estado, já tão afetado pela atuação da milícia e do narcotráfico, principais destinatários dos objetos arrecadados". •